

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER CLJ N° 168/2023 AO PDL N° 25/2023

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 25/2023, que "concede o Título de Cidadã do Recife à Sra Iva das Neves Lima de Souza; pela APROVAÇÃO.

RELATOR: Vereador ZÉ NETO

I – RELATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2023, de autoria do vereador Davi Muniz, nos termos do Art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

O Projeto de Decreto Legislativo em análise pretende conceder à senhora Iva das Neves Lima de Souza o Título de Cidadã do Recife.

Iva das Neves nasceu em Salvador, na Bahia. No dia 31 de agosto de 2007, saiu da sua cidade natal e veio acompanhar o noivo (atual esposo) que tinha sido aprovado em um concurso, sendo lotado na cidade do Recife, onde precisava permanecer pelo menos 2 anos para pedir transferência. Deixaram família, amigos e vieram morar na "Veneza Brasileira". Quando aqui chegou, a contagem era regressiva, Iva das Neves dizia "São só 2 anos, já, já passa", e voltaria a morar em Salvador. Mal sabia ela que descobriria um grande e intenso amor por essa cidade cheia de pontes, culturas e encantos. Recife logo no primeiro ano foi se transformando na sua casa, no seu lar, na sua cidade, em um lugar onde fez questão de criar raízes, onde encontrou os melhores amigos, trabalho e ainda constituiu seu bem maior, a sua família (filhos biológicos e por adoção).

Quando em pauta, nos termos regimentais, a propositura não recebeu emendas. Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (art. 287, I, "a" do RICMR).





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

II - VOTO

A iniciativa do vereador encontra respaldo no art. 26, caput, da Lei Orgânica do Município¹ e no art. 247, do Regimento Interno² desta Câmara Municipal.

A concessão do "Título de Cidadão do Recife" está prevista no art. 224³ do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, e deve respeitar a forma do art. 222 e 223, também do Regimento Interno. Nesse sentido, o projeto não esbarra nos ditames constitucionais, na Constituição Estadual, nem na Lei Orgânica do Recife.

No que respeita a técnica legislativa, a matéria se mostra perfeita e pronta para ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

Por todo o exposto, o PDL nº 25/2023 se mostra dentro dos limites constitucionais de atuação do Município, razão pela qual opino pela APROVAÇÃO.

Recife, 26 de junho de 2023.

ZÉ NETO Relator

¹ Art. 26 da LOMR - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

² Art. 247 do RICMR - .A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto na Lei Orgânica do Município do Recife.

³ Art. 224 do RICMR - O Título de Cidadão do Recife poderá ser conferido a qualquer pessoa física, brasileira ou estrangeira, radicada no Brasil, em virtude de relevantes serviços, comprovadamente prestados ao Recife ou à sua gente, por via de projeto de decreto legislativo subscrito por 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara e aprovada pelo mesmo quorum).



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Do exposto, opina a Comissão de Legislação e Justiça pela APROVAÇÃO do PDL n.º 25/2023 de autoria do vereador Victor André Gomes.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 29 de junho de 2023.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

ZÉ NETO Presidente/ Relator

MICHELE COLLINS
Membro Efetivo
RINALDO JÚNIOR
Membro Efetivo

SAMUEL SALAZAR

Membro Efetivo

LIANA CIRNE

Membro Suplente

ADERALDO PINTO FRED FERREIRA
Membro Suplente Membro Suplente

